

Peemedebistas discutem a Constituinte exclusiva

PMDB mineiro poderá apoiar Lyra, diz Newton

Do Sucursal de Belo Horizonte

O governador eleito de Minas Gerais, Newton Cardoso, 47, admitiu ontem em Belo Horizonte (MG) a possibilidade de a bancada federal do PMDB mineiro vir a apoiar a candidatura do deputado Fernando Lyra (PMDB-PE) à presidência da Câmara dos Deputados, "se porventura não houver um entendimento amplo com o dr. Ulysses Guimarães no sentido de seu empenho pessoal em favor da candidatura Milton Reis (PMDB-MG) a liderança".

"Quero mostrar ao presidente nacional do PMDB o valor de nossa bancada, que é a mais forte do país e não deverá votar de maneira subalterna, sem uma correspondência de apoio ao povo mineiro", disse o governador eleito, antes de embarcar para Brasília, onde se encontrou com Ulysses. Newton informou ainda que pretende negociar para Minas a vice-presidência da República, cargo para o qual indica o atual governador mineiro, Hélio Garcia.

Segundo Newton, o atual líder da bancada do PMDB, deputado Pimenta da Veiga (MG), deverá coordenar sua sucessão em favor de Minas "por um dever cívico". "Ele não poderá de maneira alguma votar contra seu Estado", afirmou, considerando "justo" empenhar-se para que Pimenta ocupe o cargo de relator do Congresso constituinte.

Hoje, Newton Cardoso encontra-se com o presidente José Sarney "para tratar das reivindicações do Estado". O governador eleito disse ainda que a frente Minas-Rio visa defender os dois Estados.



O deputado Fernando Lyra condena a proposta de Ulysses Guimarães

Lyra afirma que presidente 'reiterou' sua neutralidade

Do Sucursal de Brasília

O deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), 48, candidato à presidência da Câmara dos Deputados, disse ontem, depois de audiência no Palácio do Planalto, que o presidente José Sarney "reiterou" sua postura de isenção em relação à disputa. Logo depois, o deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI), 41, candidato à terceira-secretaria na chapa de Ulysses Guimarães, também recebido pelo presidente, disse que Sarney "fez um apelo a Lyra para que não radicalize, pois isso não ficaria bem na campanha".

Os dois parlamentares chegaram a se encontrar no saguão do terceiro andar do Palácio, onde fica o gabinete presidencial. Lyra falava aos repórteres de televisão e Heráclito aguardava sua vez. Quando se encontraram, trocaram ironias. O deputado pernambucano disse: "Heráclito, vou arrastar um candidato para derrotá-lo na terceira-secretaria". A resposta veio rápida: "Faça isso Lyra. Já defini meu candidato para derrotar: é o Ulysses".

Próximo ao elevador, Fernando Lyra fez outra provocação. "Sugira ao Ulysses que peça licença da presidência da Câmara. Não fica bem tentar a reeleição". Heráclito disse ao candidato dissidente do PMDB que em 1985 ele foi um dos coordenadores da campanha de Ulysses à presidência da Câmara. "Por que naquele ano você não fez essa mesma proposta? Ulysses já era presidente do PMDB", Lyra deu meia-volta e completou: "Não se faça de desentendido. Estou me referindo à presidência da Câmara, não à do partido", e saiu sorrindo.

Sobre sua conversa com Sarney, Heráclito Fortes afirmou: "O presidente me disse que tem deveres para com Ulysses Guimarães e interesse que o PMDB continue unido no Congresso". Lyra, no entanto, acredita que, pela conversa com Sarney, o governo não tomará posição. O deputado também recusou a classificação de dissidente: "As pessoas falam na suposição de que Ulysses é o candidato oficial do PMDB. Não é. Sou um dos construtores deste governo. Não aceito essa pecha".



O deputado Ulysses Guimarães durante reunião com a bancada do PMDB-PE

Deputados do PMDB levam à bancada proposta de recesso

Do Sucursal de Brasília

Um grupo de cerca de quarenta deputados do PMDB vai apresentar hoje, em reunião da bancada do partido, proposta para sustar a instalação da Câmara na próxima segunda-feira às 10h, e do Senado, neste domingo. Os deputados querem que as duas Casas fiquem em recesso durante todo o período de redação da futura Constituição. Na prática, se aprovada, a proposta obrigará a renúncia das candidaturas à presidência da Câmara dos deputados Ulysses Guimarães e Fernando Lyra, ambos do PMDB.

Durante toda a tarde de ontem os deputados Antônio Brito (PMDB-RS) e Egídio Ferreira de Lima (PMDB-PE) coordenaram um trabalho de coleta de assinaturas dos 261 deputados do partido em apoio à proposta. Brito disse que a proposta quer garantir exclusividade para os trabalhos constituintes. Em recesso, a Câmara e o Senado só seriam convocados, pelo presidente do Congresso constituinte, para votar assuntos de interesse excepcional. "A proposta visa abrir caminhos para a Constituinte", disse ontem à

tarde em seu gabinete Egídio Ferreira de Lima, 57. Discutida há uma semana, ela recebeu seu texto final anteontem à noite, na casa do deputado Virgildário Sena (PMDB-BA). Estiveram lá, segundo Antônio Brito, não apenas os parlamentares recém-eleitos, mas veteranos, como Ferreira Lima (PE), Hélio Duque (PR), Ibsen Pinheiro (RS) e Bete Mendes (SP).

Em lugar de os 559 deputados federais prestarem juramento de posse de seus mandatos pela Constituição de 1967 (a que está em vigor) eles esperariam a instalação do Congresso constituinte, segundo Antônio Brito. Pela programação atual, a Câmara dos Deputados instala-se às 10h de segunda-feira e o Congresso constituinte às 15h deste domingo.

O mesmo aconteceria com o Senado, que se instala também no domingo às 10h. A justificativa da proposta, segundo o documento apresentado ontem pelos deputados que a apoiam, é de que "Constituinte, livre e soberana, investe-se de poderes plenos e sem concorrência. A ordem que precede a sua instalação a ela se subordina, ficando na dependência de seu império decisório".

Tentativa de reeleição gerou polêmica em 82

JOÃO DOMINGOS

Coordenador de Política do Sucursal de Brasília

Em janeiro de 1982, quando iniciava o mandato —que agora expira— dos atuais parlamentares, a Câmara dos Deputados passava por situação semelhante à de agora, em que Ulysses Guimarães tenta reeleger-se presidente. O Palácio do Planalto articulava na época —e a peça-chave era o secretário particular do então presidente João Baptista Figueiredo, Heitor Aquino— a reeleição de Nelson Marchezan, do PDS do Rio Grande do Sul. Até mesmo o regimento interno da Câmara, reformado dia 25 de novembro, estava preparado para essa possibilidade.

Nelson Marchezan amparava-se num parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, assinado pelo seu presidente, Célio Borja (PDS-RJ), que hoje é ministro do Supremo Tribunal Federal (nomeado pelo presidente José Sarney). No entanto, a ameaça acenada pela oposição de arguir a inconstitucionalidade da reeleição de Marchezan fez com que o Planalto optasse por tê-lo como líder. Surgiu, então, a candidatura de Flávio Marçílio (PDS-CE), que dirigiu a Câmara de 83 a 85, sendo substituído por Ulysses Guimarães.

O ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal Leônidas de Abreu, que em 1982 era o chefe do Gabinete Civil do presidente Figueiredo, lembra assim da tentativa de reeleição de Marchezan: "Na época foi tentada, mas a situação jurídica dessa

Restrição surgiu com a Constituição de 1967

O veto à reeleição de quaisquer dos integrantes da Mesa da Câmara surgiu com a Constituição de 1967, por interferência direta do então presidente Castello Branco. Até então, a reeleição de qualquer um dos membros da Mesa era regulamentada pelo próprio Poder Legislativo, conforme determinava a Constituição de 1946.

Com a interferência do Executivo no Legislativo, foi acrescida uma alínea ao artigo 30 da Constituição, nestes termos: "(f) será de dois anos o mandato para membro da Mesa de qualquer das câmaras, proibida a

reeleição". Em 25 de novembro de 1982, com base em parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o então presidente da Casa, Nelson Marchezan, promulgou um novo regimento interno, com um novo texto em seu parágrafo 5º do artigo 13: "O mandato dos membros da Mesa é de dois anos, proibida a reeleição para qualquer dos cargos na mesma legislatura". E com base neste regimento que os partidários de Ulysses defendem a sua reeleição; é com base na Constituição de 1967 que Fernando Lyra ataca a constitucionalidade da iniciativa de Ulysses.

reeleição causou problemas. Então houve a desistência e Marchezan entrou como líder do governo".

O próprio Marchezan comenta a situação da época: "Eu não era candidato. Fui lançado. E tinha setores do PMDB interessados. O deputado Carlos Sant'Anna me procurou propondo apoio. Falava em nome da liderança do PMDB". Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), candidato a líder do partido agora, reage: "Isso não ocorreu. Eu era vice-líder do PMDB e fui chamado pela presidência do partido para substituir a Odacir Klein (RS), que perdera a eleição para vice-governador do Rio Grande do Sul. Só negocieei, e com Flávio Marçílio, a distribuição de cargos da Mesa".

Carlos Sant'Anna acabou conseguindo, pela primeira vez, a primeira-secretaria da Câmara para o PMDB. E esta secretaria coube, ironicamente, a Fernando Lyra (PE), que hoje enfrenta a candidatura à reeleição de Ulysses Guimarães. Segundo Carlos Sant'Anna, ele nunca teve um encontro com Marchezan e limitou-se, nos contatos com o PDS, a buscar cargos.

Marchezan segue com suas lembranças: "O PMDB não aceitava o Flávio Marçílio e havia o risco de que a bancada do PDS se dividisse. Além do mais, a Câmara tinha duas correntes: uma entendia que eu poderia tentar a reeleição; outra achava que era inconstitucional. Lembro-me que a Comissão de Cons-

tituição e Justiça colocava a questão do ponto de vista de que não haveria proibição".

Para Marchezan, a situação hoje não é mais jurídica, é política. Segundo ele, a questão jurídica é fácil de resolver, desde que se resolva a questão política. "Embora seja um pouco suspeito para falar sobre o momento atual, acho que vive-se uma situação política. Então, não dá para falar na jurídica", diz Marchezan, que no próximo dia 31 despede-se da Câmara (foi candidato ao Senado e não conseguiu eleger-se).

O deputado Flávio Marçílio, substituto de Marchezan, conta outra história, diferente da de Marchezan e de Carlos Sant'Anna: "Submeti-me a uma prévia com o Harold Sanford (CE) e ganhei. Então fizemos uma chapa de composição, de acordo com a representação de cada partido". Sobre a preferência do presidente João Figueiredo por Marchezan, ele diz: "Olha, definida a questão, e sem a entrada em cena do deputado Nelson Marchezan, disputei dentro do partido. É verdade que o presidente Figueiredo não me ajudou. Mas também não me atrapalhou".

Sobre o momento atual, Marçílio (que não conseguiu reeleger-se deputado) diz que Ulysses tem justa razão em querer ser o presidente da Câmara. "Acho apenas que ele deveria ter feito uma emenda à Constituição prevendo a eleição indireta do vice-presidente da República. Afinal, é o candidato natural. Agora, a reeleição é proibida".

Deputados do PFL reelegem Lourenço líder da bancada

Do Sucursal de Brasília

A bancada federal do PFL reelegueu ontem o deputado José Lourenço (BA) líder do partido com 71 votos contra 27 dados a José Thomaz Nonô (AL), depois de três horas de discussões sobre a disputa pela presidência da Câmara. O deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), que disputa o cargo com Ulysses Guimarães, chegou de surpresa à reunião, mesmo sem ter sido convidado pela Executiva pefelista. Por sugestão do deputado José Jorge (PE), aceita pela bancada, Lyra participou das discussões.

Na reunião, a deputada Raquel Cândido (RO) disse que o PFL está sendo chamado pelo Palácio do Planalto "a apoiar um moribundo", referindo-se a Ulysses Guimarães. Thomaz Nonô, ao pedir votos dos colegas, disse achar ridículo que a possibilidade de derrota de Ulysses seja apresentada como ameaça de crise institucional. Homero Santos, indicado para a 1ª vice-presidência da Câmara, pediu apoio dos seus colegas à candidatura de Ulysses Guimarães, assim como a Alberico Cordeiro (AL).

Amaral Netto continua líder do PDS na Câmara

Do Sucursal de Brasília

A bancada federal do PDS reelegueu ontem o deputado Amaral Netto líder do partido com 28 votos contra três em branco. O deputado Cunha Bueno (SP) foi indicado para compor a Mesa da Câmara em cargo a ser negociado com o PMDB.

No encontro, os pedessistas discutiram ainda quem o partido apoiará à presidência da Câmara. No debate, agitado com a presença inesperada de um dos candidatos —o deputado Fernando Lyra—, Amaral Netto afirmou preferir Ulysses Guimarães por seu "pedestal político". Essa opinião foi contestada pelo deputado Ubiratan Spinelli (MT), que declarou apoio a Fernando Lyra. Já o deputado e ex-ministro Delfim Netto disse à Folha que sua tendência é votar em Ulysses.

A chegada de Fernando Lyra na reunião do PDS provocou uma discussão áspera entre os deputados Antônio Salim Curiati (SP) e Ubiratan Spinelli. Curiati perguntou a Lyra se ele mudara de opinião sobre o partido que tanto agredira e Spinelli o interrompeu, afirmando que estava em discussão apenas a presidência da Câmara e não os partidos.

PC do B decide fazer oposição ao governo

Do Sucursal de Brasília

A proposta do presidente nacional do Partido Comunista do Brasil (PC do B), João Amazonas, de levar o partido a fazer "oposição frontal" ao governo José Sarney, foi amplamente aceita pelos mais de duzentos delegados de todos os Estados que participaram, durante dois dias, do encontro da direção nacional realizado no Centro de Convenções de Brasília. Os dirigentes do PC do B devem divulgar hoje o documento final onde será colocada de forma oficial sua posição de partido de oposição.

Para explicar o novo rumo que tomará o PC do B, os delegados consideraram a "impotência do presidente Sarney diante de pressões do capitalismo internacional e da grande burguesia nacional". Segundo o deputado Haroldo Lima (PC do B-BA), 46, o partido tomará a iniciativa de articular, no Congresso constituinte, uma bancada suprapartidária de políticos "progressistas".

Palavra Magna



GOUGON/SPACCA

Do Sucursal de Brasília

A disputa pela presidência da Câmara pode sofrer uma mudança de rumos caso a bancada do PMDB, que se reunirá hoje às 9h, no auditório Nereu Ramos, aprove a proposta formulada por mais de quarenta parlamentares peemedebistas, de sustar a instalação da Câmara e do Senado, assim como a eleição de suas respectivas Mesas, para garantir a soberania do Congresso constituinte. Ontem, um dos candidatos ao posto, o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), disse que caso o PMDB aprove a proposta, ele acatará a decisão. Acrescentou, no entanto, que as lideranças do PMDB, tanto na Câmara como no Senado, terão que viabilizar a ideia junto às lideranças dos demais partidos, para que o plenário do Congresso constituinte possa regulamentá-la.

O rival de Ulysses, deputado Fernando Lyra (PE), não gostou da proposta. "Isso é o primeiro sintoma da derrota. Acho que, mais uma vez, querem violar a Constituição, que marca para o dia 2 a eleição da Mesa da Câmara", afirmou. O ex-ministro da Justiça disse que a tentativa de não se fazer a eleição surgiu de um "medo muito grande da decisão do plenário". Lyra, que não acredita na aprovação da proposta pela bancada do PMDB, afirmou que, caso ela passe entre os peemedebistas, não será aprovada pelo colegiado do Congresso constituinte. "No plenário, os votos do PMDB terão que se somar aos dos demais partidos. E o Senado não aprova", declarou.

A proposta dos deputados do PMDB não souu bem aos ouvidos dos líderes de outros partidos na Câmara. Para o líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), "mudança de última hora é casuismo". O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), acha que a fórmula é "uma tentativa de garantir ao dr. Ulysses a presidência da Casa". Já o líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), afirmou que aprovar a proposta será "dar um presente ao presidente Sarney, para legislar através de decretos-lei. É um absurdo, uma brincadeira".

O deputado Ulysses Guimarães reagiu à pergunta de que se a proposta não seria um golpe contra a candidatura do deputado Fernando Lyra. "Nós não queremos fazer golpe nenhum. Isso nós vamos levar à bancada. Levar à bancada para decidir através de voto, é uma maneira da colocação do problema. Não sei se e essa tese vai vigorar. Vamos ver amanhã (hoje)", afirmou. Ele lembrou que, além dessa proposta, existe aquela de se fazer eleição na Câmara e no Senado e estabelecer o regime de "excepcionalidade" (recesso branco) para as reuniões das Casas. "Podem surgir outras propostas. Vamos ver amanhã na reunião da bancada. Eu, como presidente, quero mais ouvir do que falar", complementou.

O líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga (MG), acha que, independente da decisão tomada na reunião de hoje, o partido deve compor a Mesa para não haver perigo de surpresa no plenário do Congresso constituinte —ou seja, caso não seja aprovada a suspensão das eleições das Mesas, o PMDB teria composta a Mesa (de entendimento da Câmara. Afirmou, no entanto, que "Ulysses Guimarães sempre defendeu a Assembleia Nacional Constituinte exclusiva". Para Pimenta, a medida corrigiria um erro histórico.

A proposta foi aprovada na última quarta-feira, numa reunião na Casa do deputado Virgildário de Sena (PMDB-BA), com a presença de quarenta parlamentares de onze Estados. Uma comissão composta pelos deputados Egídio Ferreira Lima (PE), Antônio Brito (RS) e Nelson Jobim (RS) coordena o recolhimento de assinaturas em todas as bancadas estaduais. O documento propõe ainda que o Congresso constituinte se pronuncie sobre a ideia de Ulysses Guimarães de se criar uma comissão mista para legislar ordinariamente, enquanto deputados e senadores preparam a nova Carta.

Ulysses reuniu-se pela manhã com a bancada da Bahia e à tarde com as bancadas de Minas, Paraná e de Pernambuco. A noite, ele se encontraria com o governador eleito de Minas, Newton Cardoso. Para os deputados Milton Reis e Octávio Elísio, Ulysses tem trinta dos 35 votos da bancada mineira.

Procurador quer manter decreto-lei na Constituição

Do Sucursal de Brasília

O procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, 49, defende ontem a manutenção do decreto-lei e da delegação de poder ao presidente no texto da Constituição a ser elaborada pelo Congresso constituinte. No entanto, para isso ele acha que deve haver mudanças que permitam ao Congresso Nacional aprovar os decretos-lei apenas parcialmente (hoje, só podem ser aprovados ou rejeitados na íntegra, porém não emendados); que o prazo de tramitação, hoje de 45 dias, seja reduzido, e que as consequências dos decretos-lei possam ser revertidas, o que é vedado pela Constituição em vigor.

Depois de despachar com o presidente Sarney, o procurador-geral opinou que "fora da situação de contingência, o decreto-lei ou medida semelhante terá que sobreviver à Constituinte".

LIQUIDAÇÃO PRELUDE

DESCONTOS ATÉ 50%

ATÉ 5 VEZES SEM JUROS

somente até 31 de janeiro